



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681119 - SC (2021/0224515-5)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MARCOS ROBERTO LUZ  
**PACIENTE** : SAMUEL VANDERLEI MACHADO KUSTER  
**CORRÉU** : ADEVALDO VELHO JUNIOR  
**CORRÉU** : EMERSON MUNIZ PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ROBERTO LUZ e SAMUEL VANDERLEI MACHADO KUSTER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0019029-27.2010.8.24.0039).

Os pacientes foram condenados, nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, à pena de 1 ano e 10 meses reclusão, em regime aberto, e 4 dias-multa, no valor mínimo legal.

A impetrante sustenta patente constrangimento ilegal perpetrado pelo TJSC ao aumentar a pena-base em relação à culpabilidade sem fundamentação válida e ao julgar os embargos infringentes e reduzir a pena dos pacientes, fixando regime prisional semiaberto para início do cumprimento da pena privativa de liberdade em relação ao paciente MARCOS sem fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, seja reconhecida a ilegalidade demonstrada, para suspender os efeitos da condenação em relação ao excesso apontado, até julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se declare as ilegalidades ocorridas, a fim de a) afastar o aumento da pena-base fundado na culpabilidade; e b) em relação ao paciente MARCOS, fixar o regime prisional aberto para início do cumprimento da pena privativa de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente